

Reino de Deus: Dom e esperança para a humanidade

Kingdom of God: gift and hope for the humanity

Leonardo Agostini Fernandes

Resumo

O Reino de Deus é um tema central da revelação de Deus contida na Sagrada Escritura. Se, por um lado, o advento da monarquia em Israel testemunhou a vontade humana de ter estabilidade social, por outro lado serviu para Deus revelar seus propósitos como pastor e condutor da história do seu povo, pelo qual os outros povos viriam ao conhecimento do seu amor salvífico universal. Assim, pela perspectiva bíblica, o que começou na terra se consumará nos céus, com a eliminação de todas as formas de corrupção da existência, em particular a morte. O presente artigo está articulado em três tópicos. No primeiro, verifica-se a noção de Reino de Deus no Antigo Testamento. No segundo, indica-se como o Reino de Deus se concretizou em Jesus de Nazaré. No terceiro, entende-se a razão para o Reino de Deus ter sido confiado à Igreja que, no mundo, atesta a sua validade e vitalidade, enquanto indica a sua finalidade. A chave de interpretação usada foi a obediência incondicional a Deus e à sua vontade. Necessidade e rejeição, então, são dois aspectos ou prismas, pelos quais, o ser humano se posiciona diante do Reino de Deus.

Palavras-chave: Reino de Deus. Igreja. Justiça. Monarquia. Obediência incondicional.

Abstract

The Kingdom of God is a center theme of God's revelation contained in Holy Scripture. If, on one hand, the advent of the monarchy in Israel witnessed the human desire for social stability, on the other hand it served for God to reveal his purposes as shepherd and conductor of the history of his people, through which other peoples would come to know his salvific and universal love. Thus, from a biblical perspective, what began on earth will be consummated in heaven, with the elimination of all forms of corruption from existence, in particular, death. This article is divided into three topics. In the first, the notion of the Kingdom of God in the Old Testament is verified. In the second, it is indicated how the Kingdom of God came to fruition in Jesus of Nazareth. In the third, we understand the reason for the Kingdom of God have been assigned to the Church which, in the world, attests to its validity and vitality, while indicating its purpose. The interpretation key used was unconditional obedience to God and his will. Necessity and rejection are two aspects or prisms through which human being position themselves before the Kingdom of God.

Keywords: Kingdom of God. Church. Justice. Monarchy. Unconditional obedience.

Introdução

Buscai, primeiro de tudo, o Reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas vos serão dadas por acréscimo! (Mt 6,33)¹

O que, como fiéis, sabemos sobre o Reino de Deus e o quanto dele podemos falar? Muito, se a pregação de Jesus for assimilada e praticada cotidianamente. Quase nada, se só sabemos o que se encontra nas literaturas bíblico-teológicas, sem permitir que esse conhecimento se torne comportamento condizente com Deus e a sua vontade. Este é o princípio básico subjacente ao que se encontra na *Lumen Gentium* n. 5.

O mistério da santa Igreja manifesta-se na sua fundação. O Senhor Jesus deu início à Sua Igreja pregando a boa nova do advento do Reino de Deus prometido desde há séculos nas Escrituras: “Completo-se o tempo, e está próximo o Reino de Deus” (Mc 1,15; cf. Mt 4,17). Este Reino manifesta-se na palavra, nas obras e na presença de Cristo. A palavra do Senhor compara-se à semente lançada ao campo (Mc 4,14): aqueles que a ouvem com fé e entram a fazer parte do pequeno rebanho de Cristo (Lc 12,32), já receberam o Reino; depois, por força própria, a semente germina e cresce até ao tempo da messe (cf. Mc 4, 26-29). Também os milagres de Jesus comprovam que já chegou à terra o Reino: “se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, é sinal de que o Reino de Deus precipitou-se sobre vós” (Lc 11,20; cf. Mt 12,28). Mas este Reino manifesta-se sobretudo na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do homem, que veio “para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10,45).²

O tema é bem complexo e surgem questões: Por qual parte começar? Pela noção de “Reino de Deus”, pela sua natureza, enquanto “dom”, ou pelo que representa: “esperança para a humanidade”?

Sem dúvida alguma, a esperança, anseio intrínseco do ser humano que o impulsiona à vida, é uma realidade que antecede a revelação bíblica do Reino de Deus, entendido como domínio de Deus sobre o mundo, como libertação das potências malignas e, de modo particular, como vitória sobre a interrupção da vida pela morte, causada pela desobediência humana e angélica (Gn 3; Sb 2,23-24).³ A morte, segundo Paulo, é o último inimigo a ser destruído por Jesus Cristo (1Cor 15,25-27.54-55 como profetizado em Is 25,8).⁴ Logo, o anúncio e a fé no Reino de Deus acentuaram a esperança do ser humano, desejoso de felicidade e de realização pessoal.

Se, por um lado, o ser humano ao olhar para os céus pode reconhecer, pela fé no Deus criador, a esplendorosa realza divina na harmonia do cosmos (Gn 1,1-2,4a; Jó 38,4-38 Rm 1,18-23), por outro lado, na história, essa realza pode ser percebida como soberania divina que acontece sobre os reinos, nações e povos. Para Israel, porém, a realza de Deus é experimentada como guia e proteção, próprio como se encontra na imagem do pastor que, diligentemente, conduz, protege e cuida do seu rebanho (Sl 23; 80).⁵

Israel, como rebanho, experimentou a ação libertadora de Deus da opressão do Egito por meio de Moisés e, no Sinai, ouviu o propósito dessa ação: Fazer aliança.⁶ Por esta, Deus constituiu Israel como

¹ O que comer, vestir e beber são as coisas dadas por acréscimo (Mt 6,25-34). As citações bíblicas são da nova Bíblia Paulinas, 2023.

² CONCÍLIO ECUMÊNICO DO VATICANO II, *Lumen Gentium*, n. 5.

³ Se por um lado pode haver uma identificação da serpente (Gn 3) com o diabo (Sb 1,24a; Ap 12,9; 20,2); por outro lado, a serpente pode representar, metaforicamente, a esperteza humana (Mt 10,16), a qual, facilmente, se propõe contradizer a sabedoria divina.

⁴ Paulo, ao que parece, interpretou Is 25,8 como prenúncio da ressurreição (1Cor 15,54-55), possível graças à ressurreição de Jesus Cristo, antecipando o fim da morte como vitória e realização final do plano de Deus (Ap 21,1-4).

⁵ Um antigo provérbio afirmava: “Um povo sem rei é como um rebanho sem pastor”. Ez 34 é um bom exemplo da diligência de Deus em relação ao seu povo (MATOS, S. M. de. Denúncia, julgamento e esperança, p. 193-217), e que poderia ter servido de base para a fala de Jesus em Jo 10,1-21 após ter curado e interpelado o cego de nascença quando o reencontrou (Jo 9).

⁶ A noção de aliança na Sagrada Escritura é devedora da ação dos profetas pré-exílicos (Oseias, Amós, Isaías, Miqueias, Jeremias). A elaboração dessa noção está na base da divisão da Bíblia em Antigo e Novo Testamentos, onde o hebraico *b'erit* e o grego *diatēkē* querem expressar um pacto que pessoas, grupos ou povos, livremente contraem entre si. Em geral, uma parte é superior, *suserano*, e a outra, *vassala*. As alianças que Deus estabeleceu com Abraão (Gn 15; 17) e com o povo liberto no Sinai (Ex 20,22-23,33) constituem os eventos centrais da história dos filhos de Israel como povo eleito de Deus (WILLIAMSON, P. R. Alianza, pacto, p. 39-55).

povo sacerdotal e nação consagrada, mas sob condição: “Agora, se escutardes realmente minha voz e guardardes minha aliança, sereis para mim uma propriedade particular entre todos os povos, porque toda a terra é minha” (Ex 19,5-6). Um domínio entendido como relacional e cultural em espírito e em verdade como revelado em Jo 4,21-24.

Subjaz a esse domínio a exigência da obediência da fé, condição incondicional e indispensável para se experimentar a eficácia da presença e da ação de Deus sobre todos os acontecimentos. Por essa perspectiva, é possível compreender porque as características do Reino de Deus foram concebidas de forma tão próximas das estruturas políticas existentes na Antiguidade e que Israel reivindicou para si nos tempos de Samuel, profeta por instituição e último juiz, que ungiu Saul e Davi, compreendendo que este último foi escolha divina.⁷

Contudo, as razões que motivam o Reino de Deus não coincidem com a maioria dos anseios humanos, pautados, em geral, na ambição, na corrupção e nas injustiças que, biblicamente, são ocasionadas pela idolatria. Não estaria aqui a causa do grande número de males que persegue e assola a humanidade?

Por isso, os autênticos profetas, ao longo de quase cinco séculos, continuamente exortavam os reis, as lideranças religiosas e o povo a conhecerem Deus e a se submeterem ao seu domínio e vontade, isto é, a obedecê-lo incondicionalmente.⁸ Apesar disso, não foram ouvidos. No lugar das bênçãos (Dt 28,1-14), vieram maldições (Dt 28,15-68). Foi como disse o profeta Jeremias sobre as lideranças do povo: “Sim, os pastores foram estúpidos e não procuraram o Senhor, por isso não tiveram sucesso, e todo o rebanho foi disperso” (Jr 10,21).

Graças ao que se encontra narrado nos evangelhos sinóticos (Mt, Mc e Lc), os cristãos estão habituados com a locução Reino de Deus, pela forma como Jesus de Nazaré, após receber o batismo de João no Jordão, deu início à sua pregação: “Completo-se o tempo, e está próximo o Reino de Deus. Convertei-vos e crede no evangelho!” (Mc 1,15; Mt 3,2; 4,17). Todavia, é preciso se perguntar pelas razões que levaram Jesus a fazer essa opção no seu anúncio inaugural: reverter os males causados pelas injustiças e instaurar, novamente, a bênção e a liberdade pela obediência incondicional a Deus e à sua vontade como novo Adão da humanidade.

Então, não resulta difícil de se perceber que o Reino de Deus é raiz de esperança para o fiel, chamado a testemunhá-lo em todas as situações e circunstâncias da vida.⁹ Sem dúvida, o martírio é o máximo da expressão de fé nessa esperança, a exemplo do Mistério Pascal de Jesus. Nesse sentido, é um forte apelo para o ser humano se converter e começar a pregar, como aconteceu com Saulo a caminho de Damasco (At 9,1-30). Isto ajudou o apóstolo a compreender que o Reino de Deus “não é comida nem bebida, mas justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17); “não consiste em palavras, mas em obras” (1Cor 4,20); porque a carne e o sangue, por serem corruptíveis, não podem herdar o Reino de Deus (1Cor 15,50).¹⁰

⁷ Segundo a narrativa bíblica, as constantes ameaças e vassalagens de Israel nas mãos dos filisteus podem ter ocasionado o desejo da monarquia pelas tribos a Samuel (1Sm 9,1–10,16; 11,1–11.14–15). Uma postura que não ficou isenta de oposição, como já aparece na prolepse presente na fala de Gedeão (Jz 8,23) e nas tendências antimonárquicas do profeta Oseias (Os 3,4; 7,3; 13,10–13), que, por certo, levaram o deuteronomista a não negligenciar essa tendência (1Sm 8,1–22a; 10,17–27). Nos relatos sobre Samuel, Saul e Davi encontram-se preciosas lições sobre como os líderes, em qualquer época, devem se comportar diante de Deus e dos seres humanos (STEWART III C. F., *God’s Will and the Throne of Kings*, p. 65–84).

⁸ Os 5,15c–6,7 mostra o que Deus esperava de quem recorria à liturgia penitencial. Israel sabia o que devia fazer em relação a Deus, mas era inconstante na conversão. Conhecer Deus e não se comportar de acordo com esse conhecimento são ações em contradição. Por isso, Deus tem os seus meios para realizar a autêntica conversão do seu povo, a fim de que não oculte, pelas aparentes obras de piedade, as suas infidelidades (SIMIAN-YOFRE, H., *Il deserto degli dei*, p. 65–71).

⁹ A virtude da esperança, segundo a concepção judaico-cristã, não se confunde com o mero otimismo. É uma tensão entre a expectativa do Reino de Deus e o seu desafio de vivê-la, no aqui e agora, construindo a civilização do amor. Este é conhecimento e comportamento que fundamentam a fé e a esperança entre os seres humanos (JEANROND, W. G., *Human hope and the reign of God*, p. 20–26).

¹⁰ Na criação restaurada em Jesus Cristo, a carne e o sangue, isto é, a humanidade, é renovada e incorporada no Reino de Deus. Assim, o que era corruptível se reveste de incorruptibilidade. Essa transformação segue o que aconteceu com Jesus Ressuscitado: “Vede minhas mãos e meus pés: sou eu mesmo! Tocai-me e vede, porque um espírito não tem carne nem ossos, como estais vendo que eu tenho” (Lc 24,39). Então, em 1Cor 15,50, a argumentação de Paulo não recapitula uma hierarquia cósmica, mas usa e assume uma epistemologia apocalíptica que permite compreender o significado do Mistério Pascal do Messias, servo justo e sofredor (JOHNSON, A., *On Removing a Trump Card*, p. 175–192).

A presente reflexão está estruturada em três partes. Na primeira, apresenta-se a semântica usada e a noção de Reino de Deus no Antigo Testamento (AT). Na segunda, verifica-se a realização do Reino de Deus em Jesus de Nazaré. Pelos exemplos, pode-se perceber que as expectativas do povo eleito se cumpriram e novas surgiram. Enfim, na terceira, reflete-se sobre a vivência do Reino de Deus na Igreja que, no mundo, está a serviço do Reino de Jesus Cristo até que ele venha para realizar o juízo final.

Já de início, pode-se afirmar que o Reino de Deus não é abstrato, mas se concretiza no modo de pensar, de querer e de agir do fiel que o adere e com ele se compromete para a sua transformação e a do mundo.

1. A noção de Reino de Deus no Antigo Testamento

Do ponto de vista semântico, as palavras, que nas línguas bíblicas expressam o reino, são o hebraico *malkût*, o aramaico *malkûtā* e o grego *basileia*. Esses substantivos significam, “em primeiro lugar, a dignidade, o poder e sobretudo o governo ativo de um rei, e, apenas em segundo lugar, o seu território”.¹¹ Logo, indica muito mais o reinado, isto é, a forma de reinar e a vida dos súditos em relação ao rei: submissão reverente e obediente. Como a terminologia possui várias esfumaturas, devido aos contextos e aos conteúdos, pode ser traduzida por “reino”, “realeza” e “reinado”.

A justa compreensão e o melhor aproveitamento sobre essa temática exigem, de certa forma, a abertura para a aceitação de que os autores dos textos bíblicos, para expressar o seu entendimento sobre a realeza, seja humana que divina, se valeram de vários elementos das culturas circunvizinhas a Israel (mesopotâmica, hitita, fenícia, egípcia, cananeia, filisteia, persa, grega e romana). Em quase todas, o rei era visto como a “encarnação” ou a “emanação” da divindade celestial.¹²

Essa concepção de realeza pode ser percebida, particularmente nas narrativas sobre Davi e Salomão (2Sm 7,11-15; Cro 17,11-14; 28,5-7; 29,23; 2Cro 9,8; 13,8).¹³ Alguns nomes de pessoas atestam a íntima relação desejada entre o humano e o divino: “*malkî-sedec* = meu rei é justo” (Gn 14,18); “*’abî-melek* = meu pai é rei” (Gn 20,2; Jz 8,31); “*malkî’el* = meu rei é Deus” (Gn 46,17); “*’êlîmelek* = meu Deus é rei” (Rt 1,2); “*malkîshûa* = meu rei salvador” (1Cro 8,33).

A locução Reino de Deus/do Senhor é rara no AT, mas pode se entrevista em alguns textos.¹⁴

1Cro 28,5

“Dentre todos os meus filhos – porque o Senhor me deu muitos filhos –, escolheu meu filho Salomão para sentar-se no trono do *reino do Senhor* (הַמְּלָכֻת הַיְהוָה; βασιλείας κυρίου)¹⁵, sobre Israel.”

2Cro 13,8

“E agora vós pensais poder resistir ao *reinado do Senhor* (הַמְּלָכֻת הַיְהוָה; βασιλείας κυρίου), que está nas mãos dos filhos de Davi, vós que sois uma grande multidão e tendes convosco os bezerros de ouro que Jeroboão fez para serem vossos deuses.”

¹¹ NELIS, J., Reino de Deus, col. 1289.

¹² Na Antiguidade, a “equiparação” do rei humano à divindade, que o constituiu ou à qual está ao seu serviço, é uma espécie de legitimação sacra. “O rei é o representante do seu povo diante dos deuses e, ao mesmo tempo, é também o representante dos deuses junto ao seu povo. Por esta função, ele é exaltado como ‘filho de deus’, mas se no Egito o faraó era também considerado um deus e venerado como tal, no mundo mesopotâmico, o rei, apesar da sua majestade, permaneceu sempre um ‘mortal’ (raros são os casos de autodivinização). Até mesmo na literatura ugarítica, o título de rei, como apelativo de El, em seguida de Baal, foi colocado em relação mais com os outros deuses do que com os homens” (CARDELLINI, I., Il re David e la ‘regalità’, p. 115-116).

¹³ A legitimação sacra de Davi, como rei, aparece explicitada na profecia de Natã em 2Sm 7,1-17, mas com algumas variantes em 2Cro 17,1-15. A estabilidade prometida, como um pacto de Deus com Davi, fez com que não se discutisse a legitimidade da sucessão no reino de Judá. O mesmo não se deu com o reino do Israel norte após a cisão, ocorrida em 931 a.C., e que declinou com a destruição de Samaria pelos assírios em 722/21 a.C.

¹⁴ Seguiu-se, aqui, o cânon católico ocidental da Sagrada Escritura. Cada texto, certamente, mereceria uma explicação contextualizada e pontual, mas realizá-la está muito além dos propósitos deste artigo. O grifo em itálico é nosso.

¹⁵ Citações do texto hebraico massorético preservado no Códice de Leningrado e reproduzido na Bíblia Hebraica Stuttgartensia, editada por ELLIGER, K.; RUDOLPH, W. 1997. Citações do texto grego da *Septuaginta* editada por RAHLFS, A.; HANHART, R. 2006.

Tb 13,1

“Bendito seja o Deus que vive para sempre *e seu reino* (καὶ ἡ βασιλεία αὐτοῦ).”

Sl 145,11-13

“Que mencionem a glória de *teu reino* (תְּהִלָּתְךָ; τῆς βασιλείας σου)
e falem de tua valentia,
para dar a conhecer, aos filhos do ser humano, tuas valentias
e a glória do esplendor de *teu reino* (תְּהִלָּתְךָ; τῆς βασιλείας σου)!
Teu reino (תְּהִלָּתְךָ; ἡ βασιλείας σου) é um reino para todas as épocas,
e teu governo, para todas as gerações”.

Sb 10,10

“Um justo fugitivo da ira do irmão,
ela conduziu por sendas retas.
Ela mostrou-lhe o *reino de Deus* (βασιλείαν θεοῦ)
e deu-lhe conhecimento
das coisas santas.
Ela o fez prosperar nas labutas
e frutificar nos trabalhos dele.”

Dn 7,14

“Foi-lhe dado poder, glória e *reino* (דְּכֹרָתְךָ; ἐξουσία),
e todos os povos, nações
e línguas o serviam.
Seu poder é um poder eterno,
que não passará,
e *seu reino* (מַלְכוּתְךָ; καὶ ἡ βασιλεία αὐτοῦ) não será destruído.”

Que há em comum entre essas citações? Todos são textos tardios, isto é, foram elaborados após o exílio em Babilônia (597-538 a.C.), entre os séculos V-I a.C. O mais recente é o livro da Sabedoria e que estaria bem próximo do evento Jesus de Nazaré.¹⁶

Ao que tudo indica, a locução Reino de Deus, noção abstrata, deriva da substituição verbal, “reina teu Deus”, presente em Is 52,7 (תִּהְיֶה לְךָ אֱלֹהִים; βασιλεύσει σου ὁ θεός), ou “Reinará o Senhor para sempre” presente no Sl 146,10 (יְהוָה יִמְלֹךְ לְעוֹלָם; βασιλεύσει κύριος). É como ocorre com a noção abstrata de que “Deus habita” o santuário (Ex 40,35), base para a locução “habitação do Senhor” (הֵיכָל יְהוָה), de onde se originou *shēkiná* e que encerra a melhor compreensão para Jo 1,14: “E o Verbo se fez carne e habitou em nós” (Καὶ ὁ λόγος σὰρξ ἐγένετο καὶ ἐσκήνωσεν ἐν ἡμῖν).¹⁷

A realeza atribuída a Deus se encontra em alguns textos, mas, enquanto formulação literária, é posterior ao advento da monarquia em Israel que, seguindo a narrativa bíblica, ocorreu com a unção de Saul em 1030 a.C. feita por Samuel (1Sm 8,1–11,15), e serve para interpretá-la, principalmente, à luz da eleição de Davi, que se tornou, por escolha de Deus (1Sm 16,1-13), o sucessor de Saul (1010–970 a.C.), e acabou se tornando o paradigma da realeza dos filhos de Israel (Sl 89,20-26).¹⁸

¹⁶ Por certo, o livro da Sabedoria é posterior à maior parte da *Septuaginta*, mas há dúvidas se deveria ser anterior a Filon de Alexandria, já que não se encontra no texto algum tipo de influência do seu método alegórico. Contudo, esse argumento não é decisivo (VÍLCHEZ LÍNDEZ, J. 1995, p. 45). Quem apoia a anterioridade a Filon de Alexandria, argumenta que o quadro da vida religiosa praticada no Egito, retratado no livro da Sabedoria, estaria de acordo com as grandes linhas traçadas por Estrabão e Diódoro que conheceram o Egito entre 60-20 a.C. Por esse argumento, o livro deveria ser datado até o ano 20 a.C. (BASLEZ, M.-F., L’auteur della Sapienza, p. 65-66).

¹⁷ As citações do texto grego do Novo Testamento são da edição do Nuovo Testamento Greco – Latino – Italiano, 2000.

¹⁸ Uma análise literária das narrativas bíblicas sobre Davi revela diversas esfumaturas e até contradições. Por certo, foram várias mãos que trabalharam ao longo dos séculos até se alcançar um relato coerente com a finalidade de apresentar Davi como um soberano glorioso aos olhos de Deus e do povo. Para uma abordagem crítica veja-se: GARBINI, G., Davide nella storiografia dei libri storici (Sam–Re), p. 17-33.

Alguns textos, citados abaixo, atribuem a realeza a Deus, mas, apesar de estarem relacionados a fatos “antigos”, foram literariamente elaborados bem depois do advento da monarquia em Israel.¹⁹

No cântico da vitória, entoado após a derrota do exército do faraó no mar dos Juncos, afirma-se que “O Senhor reinará para sempre e eternamente” (Ex 15,18). Sem dúvida, buscou-se exaltar a soberania do Senhor, Deus de Israel, sobre o Egito opressor.

No contexto da solicitação de um rei, feita pelos anciãos a Samuel, o próprio Deus afirmou para Samuel: “Escuta a voz do povo, a tudo quanto te digam, porque não é a ti que rejeitam, mas a mim, para que eu não reine sobre eles” (1Sm 8,7). A fala de Deus, ao profeta Samuel, revela o sentido da motivação subjacente ao desejo dos anciãos de Israel que preferiram, diante das instabilidades tribais, se submeterem muito mais a um líder humano do que a Deus e à sua vontade.

No discurso ao povo, ao expor os direitos do rei, Samuel afirmou: “o Senhor, vosso Deus, é vosso rei!” (1Sm 12,12). Atesta-se que Samuel, apesar de ceder aos desejos do povo de ter um rei, não abriu mão da divina soberania de Deus. A afirmação alerta para os riscos de se querer o regime monárquico.

Em meio a uma liturgia no templo de Jerusalém, o profeta Isaías temeu pela visão que teve e disse: “Ai de mim! Preciso me calar, pois eu sou homem impuro de lábios e eu habito no meio de um povo impuro de lábios; pois meus olhos viram o Rei, o Senhor dos Exércitos” (Is 6,5). Diante da realeza e da majestade divina, Isaías entendeu a sua pequenez, que o abriu para os propósitos de Deus e se apresentar para a missão.

Em função do fim do exílio em Babilônia, o Senhor chamou os deuses ao juízo e se denominou “rei de Jacó” (Is 41,21), e o profeta, ao anunciar o resgate, falou em nome do “Senhor, rei de Israel” (Is 44,6). Como se deu com o Egito, por ocasião do êxodo, de igual modo a soberania divina foi afirmada sobre os demais povos, porque a realeza de Deus é universal e todos os reinos a ele estão submissos.

Frente ao povo infiel, o profeta Jeremias lamentou: “Eis o grito de socorro da filha de meu povo em todas as partes da terra: ‘O Senhor não está mais em Sião? Não está nele seu rei?...’” (Jr 8,19). É duro sentir uma dor que parece não ter remédio. Jeremias expressou essa sua dor pelas carestias vistas como castigo pelas infidelidades cometidas pelas lideranças e pelo povo.

Percebe-se, assim, que o âmbito sobre o qual se estende a realeza de Deus foi constituído pela compreensão que tiveram os hagiógrafos, e pela aplicação que fizeram ao próprio povo, aos demais povos e ao inteiro cosmos. Essa compreensão se encontra, particularmente, nos Salmos que cantam a realeza de Deus (Sl 47; 93; 96–99),²⁰ e que foram entoados, provavelmente, no culto que se realizava por ocasião da festa do ano novo; renovação da vida sobre a morte, e do cosmos sobre o caos. Assim, a soberania e o justo juízo divino acontecem sobre a realidade celestial e terrena.

Nota-se, porém, que o Reino de Deus foi concebido pelos hagiógrafos do AT como uma realidade ainda não concretizada; logo, manifesta esperança de realização. Com a sua chegada e instauração, o plano de Deus se cumprirá, trazendo, pela obediência à sua vontade expressa na observância da aliança (Jr 31,31–34), um estado de felicidade definitivo para o seu povo, para a humanidade e para a inteira criação, mediada por Israel, transformado pela sua total adesão e adequação à Torá, frutos da intervenção de Deus (Ez 36).²¹

Os filhos de Israel dispersos serão novamente reunidos, receberão o perdão de seus pecados e formarão um povo santo, que terá o domínio sobre os gentios. Estes, convertendo-se ao Deus de Israel, poderão ser salvos. O resultado dessa divina intervenção será um mundo totalmente renovado, concebido como terra purificada, próspera, justa e pacífica, imagem perfeita da realidade transcendente.

¹⁹ ROBERTS, J. J. M. God’s imperial reign according to the Psalter, p. 211–221.

²⁰ “...ainda que o Sl 93,1 seja o primeiro a empregar o sintagma יהוה מלך, é o Sl 96 que, no arcabouço do livro IV do Saltério, comunica não só a ação soberana de YHWH como rei, mas a caracteriza na sua universalidade, razão pela qual o Sl 96 é apresentado como um louvor descritivo para ser proclamado por todos os povos e pela criação na sua inteireza.” (SILVEIRA, R. G., A soberania universal de YHWH, p. 90).

²¹ “Na intervenção do coração, considerado o órgão sede do corpo, núcleo do pensar e do agir do ser humano (Sl 51,12; Jr 32,39), encontra-se a real possibilidade de o povo conhecer, interiorizar e colocar em prática os mandamentos, estatutos, normas e decretos, que atestam a vontade de YHWH em função do bem-estar do seu povo (Dt 30,1–3.8). Dessa forma, a aliança é reestabelecida, respeitada e praticada (Jr 31,31–34). É a base da renovação do *šālôm*” (FERNANDES, L. A. Justiça e santidade de YHWH, p. 250).

Assim sendo, o Reino de Deus foi concebido em sentido escatológico, isto é, que ocorrerá, de forma definitiva nos últimos tempos, com a chegada do “dia do Senhor”²², e ocasionará a eliminação de toda a maldade existente entre os povos e nações. O Senhor, Deus de Israel, mostrará o seu domínio sobre toda a terra, se sentará sobre o seu trono em Jerusalém e será honrado por todos os povos que, em peregrinação, afluirão para Sião (Is 25,6-12; Ab 21; Zc 14,9). Essa esperança escatológica foi intensificada em Dn 7 pela concepção do reino do “filho do homem” (vv. 13-14) e do reino dos “santos do Altíssimo” (v. 27). O que o rei de Judá foi para o povo, o “filho do homem” o será para os “santos do Altíssimo”.

Em função disso, pode-se dizer que a realização do Reino de Deus, segundo o AT, segue etapas que revelam evolução teológica e antropológica. Na esfera celeste, ocorrerá a vitória sobre Satanás e seus seguidores. Na esfera terrestre, ocorrerá uma guerra que ocasionará a derrota dos ímpios, trazendo a definitiva libertação do povo eleito.

2. Jesus de Nazaré e o anúncio do Reino de Deus

No Novo Testamento (NT), o substantivo *basileia* (“realeza”, “dignidade régia”, “soberania”) foi mais empregado que o substantivo *basileus* (“soberano”, “rei”) e o verbo *basiléuein* (“reinar”). Esse grupo semântico pertence, em particular, aos evangelhos sinóticos; ocasionalmente ao Quarto Evangelho e ao *corpus* paulino; é, porém, particularmente recorrente no livro do Apocalipse. Este relê vários textos apocalípticos do AT, em especial os do livro de Daniel, demonstrando uma apurada compreensão de fé sobre a vinda e realização do Reino de Deus. De fato, o autor do Ap foi quem descreveu que só o Reino de Deus seria capaz de desafiar e destruir as pretensões déspotas do império romano e das forças satânicas que agiam por meio dele.

O Reino de Deus era esperado com grande ânsia, em particular pelos marginalizados e mais pobres. Estes eram, em particular, os que permaneceram fiéis em meio às grandes adversidades, continuaram cultivando a esperança e se alimentaram das promessas divinas, certos de que as profecias seriam cumpridas, pois Deus é fiel (é o que subjaz aos relatos lucanos sobre Zacarias e Isabel; Maria e José; Simeão e Ana em Lc 1-2).²³

Por isso, alguns textos deixam entrever que o Reino de Deus já era uma realidade mais que germinal. Foi o que Jesus quis dizer ao comparar o Reino de Deus com o florescer da figueira. Se este indica a chegada do verão (Mt 24,32), com as suas ações taumaturgicas e a autoridade do seu ensinamento, Jesus atestava que, nele, a presença viva e eficaz do Reino de Deus já era um acontecimento na história (Mt 12,28; Lc 17,20-21).

Para se compreender a pregação de Jesus sobre o Reino de Deus é importante lembrar que a sua época estava marcada pela mentalidade e literatura apocalíptica que aludiam à vinda próxima do Reino de Deus, pelo qual findaria o domínio do Maligno. É, exatamente, como se encontra em Mc 1,15: “Completo-se o tempo, e está próximo o Reino de Deus” (também Mt 3,2; 4,17; Lc 21,32). Mas não bastava saber que estava próximo, era preciso assumir uma posição diante do Reino e de quem o anuncia: “Convertei-vos e crede no evangelho”.²⁴

João Batista abriu o caminho para Jesus, pregando um batismo de conversão para a remissão dos pecados (Mc 1,4). A imersão nas águas significava externamente a vontade interna de conversão, como retorno a Deus, preparando os que aderiam à iminente chegada restauradora do seu Reino. Para Jesus, que se apresentou e se

²² “O objetivo central do anúncio do *yôm* YHWH como um juízo, que acarreta punição ou salvação, comporta a instrução e a exortação quanto ao valor do arrependimento, da conversão, da penitência, da esperança e da certeza de que só a YHWH pertence a última palavra para a história universal” (FERNANDES, L. A. O anúncio do Dia do Senhor, p. 397).

²³ O reino anunciado por Jesus não tinha a ver com um espaço geográfico, mas com a transformação da realidade a partir da mudança interior do ser humano, onde se adere e se vive a fidelidade a Deus e aos seus desígnios salvíficos (BOWE, B. “God’s Reign – Not Ours: ‘To What Shall We Compare the Kingdom of God?’, p. 17-27).

²⁴ A experiência do êxodo do Egito, as promessas messiânicas contidas na profecia de Isaías e a reversão da realidade presente no livro de Daniel podem ter influenciado a lógica que o evangelista Marcos assumiu para demonstrar a forma eficaz de Jesus concretizar o Reino de Deus. A espiritualidade de Jesus, portanto, foi viver o reinado de Deus como obediência (MINOR, M. Living the Kingdom of God, p. 1-11).

fez batizar por João, importava cumprir toda a justiça (Mt 3,15). Assim, segundo os evangelistas, Jesus, desde o início, fez opção por realizar a vontade de Deus (Mt 7,21; 12,50; Mc 3,35; Jo 4,34).

Então, pela pregação e a consequente prisão de João Batista, terminou o tempo da espera anunciado no AT (Mt 3,22-24), para com Jesus iniciar o novo tempo da soberania de Deus Pai. No dizer do apóstolo Paulo, Jesus, o Cristo e Filho de Deus encarnado, é o novo Adão, cabeça da nova humanidade redimida em seu sangue. Em e por sua obediência incondicional, Jesus inaugurou os novos céus e a nova terra.²⁵

Em Lc 3,8-14, os frutos dignos da conversão são as ações e os gestos que testemunham, sobre o plano ético, a autenticidade da mudança interior em função do encontro com Deus. É com Jesus de Nazaré, porém, que o nexo entre conversão e Reino de Deus acontecem. Isso fica bem claro no relato das tentações. Jesus, ao vencer as seduições (Mt 4,1-11; Lc 4,1-3), que comumente fazem o ser humano cair e se afastar de Deus e dos seus planos, manteve-se na total obediência a Deus e à sua vontade, demonstrando que o reinado de Deus em sua vida não era algo negociável com o sedutor. Em sua Divina Pessoa, Jesus concretizou a vinda do Reino de Deus e o seu reinado se traduz como total submissão a Deus por suas palavras e ações obedienciais (Jo 4,34; 5,30; 6,38). Pelo seu modo de ser e de agir, revelou, progressivamente, os mistérios do Reino de Deus.

A parábola da semente, lançada à terra, que cresce por si só (Mc 4,26-29), exemplifica como o Reino de Deus acontece em meio aos seres humanos e às suas vicissitudes. Seu começo é humilde e coincide com Jesus, enquanto Verbo encarnado. Como o grão de mostarda, o Reino de Deus está destinado a se tornar uma árvore frondosa, imagem da Igreja e para além dela, capaz de a muitos abrigar (Mt 13,31-32; Mc 4,30-32; Lc 13,18-19). Assim acontece com o Reino de Deus inaugurado por Jesus: Está aberto para todos, sejam judeus ou gentios.

O anúncio do Reino de Deus²⁶ ocupou o centro da pregação de Jesus e foi ilustrado por parábolas. Além das duas supracitadas, o Reino de Deus foi comparado à boa semente semeada no campo (Mt 13,24-30); ao fermento misturado na massa (Mt 13,33); ao tesouro escondido no campo (Mt 13,44); ao negociador de pérolas preciosas (Mt 13,45-46); à rede lançada ao mar e que apanha todo tipo de peixe (Mt 13,47-50); ao rei que decidiu fazer as contas com os seus súditos (Mt 18,23-35); ao dono da vinha que contratou trabalhadores (Mt 20,1-16); ao rei que decidiu celebrar as bodas de seu filho (Mt 22,2-14); às dez virgens (Mt 25,1-13); aos talentos distribuídos entre os servos (Mt 25,14-30). Em cada uma dessas parábolas, Jesus procurou evidenciar aspectos que ajudavam a compreender o sentido do Reino/reinado de Deus entre os seres humanos.

Com a proclamação das bem-aventuranças (Mt 5,1-12), Jesus revelou muito sobre Deus e o seu Reino (teologia), a fim de explicitar quem é o ser humano e os seus anseios de felicidade e realização (antropologia). Jesus, pelo seu estilo de vida, testemunhou o Deus da justiça e do amor pelo dom do Reino voltado para os menos favorecidos e que se tornam os privilegiados pelos benefícios contidos na Boa Nova que anunciou com grande zelo e concretizou com ações repletas de misericórdia e compaixão (Mt 4,17; Lc 4,43).

Jesus, por seu ministério público, realizou pessoalmente o reinado de Deus e, por causa disso, lhe foi conferida a realeza muito acima da que outrora tivera o rei Davi, que chamou o Messias de Senhor

²⁵ Segundo Is 65,17, Deus está sempre operando, pois é o criador de novos céus e de nova terra, base para a revogação da sentença que recaiu sobre Judá, com o exílio para Babilônia e a destruição de Jerusalém. Tal concepção serviu para que, no hino cristológico da carta aos Efésios, se afirmasse que Deus, em seu eterno desígnio salvífico, reuniu, em Cristo, todas as coisas, “tanto as dos céus como as da terra” (Ef 1,10); ação expressamente retomada em 2Pd 3,13 e Ap 21,1. Por detrás desses textos estão a fé e a esperança de que Deus, criador de todas as coisas pela eficácia da sua palavra (Gn 1,1-2,4a), é o único que pode recriar tudo, fazendo novas todas as coisas. Esta recriação é uma renovação que supõe a superação do mundo submetido ao “domínio” do Maligno, pois seduziu os progenitores (Gn 3), que tinham recebido a missão de se multiplicar e dominar a terra (Gn 1,28). Sendo Jesus Cristo o novo Adão e o vencedor do Maligno, essa renovação concretiza o Reino de Deus (VANNI, U. *Lectura del Apocalipsis*, p. 281-282).

²⁶ Um rápido levantamento dos evangelhos sinóticos permite constatar que a locução “Reino/reinado de Deus” (βασιλεία τοῦ θεοῦ) ocorre 14 vezes em Marcos e 39 vezes em Lucas, contra apenas 5 vezes em Mateus (6,33; 12,28; 19,24; 21,31.43), pois este evangelista preferiu usar, por 32 vezes, a locução “Reino dos céus” (βασιλεία τῶν οὐρανῶν).

(Sl 110,1 citado por Jesus quando interpelou os fariseus em Mt 22,41-46). Jesus é, portanto, o Rei-Messias por excelência, porque é o unigênito Filho de Deus.²⁷

As forças salvíficas operadas por Jesus, comumente denominadas de milagres (*dynámeis*), manifestaram e indicaram que o Reino de Deus, isto é, do Senhor soberano que renova o mundo, se fez presente e atuante na história humana (Mc 5,13; 6,14). São sinais que atestavam a autoridade, a justiça e a misericórdia de Deus em Jesus e demonstravam que o governo despota de Satanás e de seus anjos, “entrevisto” nas doenças, enfermidades e desgraças, bem como nas guerras, pestes e abalos naturais, chegou ao fim.²⁸

Se, por um lado, a vitória sobre as doenças e a compaixão pelos enfermos e endemoninhados sinalizavam o Reino de Deus que Jesus anunciava e do qual se revelara portador; por outro lado, houve incompreensão sobre os seus feitos. Tal incompreensão se tornou notória na acusação de que Jesus expulsava os demônios por *Beelzebul*, príncipe dos demônios (Mc 3,22-30; Mt 12,22-32; Lc 11,14-23).

No regresso dos discípulos enviados em missão, quando relataram: “Senhor, até os demônios submetem-se a nós em teu nome” (Lc 10,17), Jesus lhes declarou: “Eu via Satanás cair do céu como um raio” (Lc 10,18; cf. Jo 12,31; Ap 12,8-9). Para Paulo, adotando a mentalidade do seu tempo e de acordo com essa fala de Jesus, a destruição dos emissários de Satanás testemunha a chegada e instauração do Reino de Deus (1Cor 15,24-25).

Segundo Paulo, é preciso que “o pecado não reine mais” na vida de quem nasceu, como novo ser humano recriado à imagem e semelhança de Deus, em Jesus Cristo (Rm 6,12). Compreende-se, assim, porque o Reino de Deus não consiste em palavras, mas em obras de libertação.²⁹

O pequeno grupo, que Jesus chamou e elegeu, é símbolo do novo Israel, não mais nascido no deserto, mas vocacionado a viver a novidade da proximidade do Reino de Deus, realidade a se difundir no mundo inteiro. Nesse Reino, para o qual o ser humano se abre pela conversão e que nos Doze encontrou a sua primícia eclesial, entra-se pelo batismo, prossegue pela vida fraterna e se congrega na fração do pão (At 2,41-47).

Portanto, a Igreja não é um conjunto de dogmas e doutrinas que devem ser simplesmente conhecidos e ensinados na catequese, mas é um ambiente fraterno e solidário, comunidade litúrgica, na qual se experimenta a potência divina que transforma mentes e corações. Em razão disso, Jesus propôs a máxima ética centrada no duplo mandamento do amor, e não mais vinculada à uma normativa meramente ritualista e fria (Mt 22,34-40; Mc 12,28-34; Lc 10,25-29; Jo 13,31-35).³⁰

3. A vivência do Reino de Deus na Igreja

²⁷ “A realeza de Deus desempenha importante papel nos evangelhos, como componente fundamental da mensagem de Jesus... O reino de Deus parece ser uma esfera onde entram aqueles cujas práticas se ajustam aos padrões do reino divino. Cristo como rei é proeminente, em especial em Ap 1,5 e 19,16, por exemplo, e o reinado messiânico na terra tem lugar central na visão do futuro escatológico nesse livro, algo que talvez esteja insinuado alhures em 1Cor 15,25” (ROWLAND, C. Cristo no Novo Testamento, p. 492-493).

²⁸ A crença nos demônios e nas possessões demoníacas era comum aos contemporâneos de Jesus. O recurso aos médicos e aos seus fármacos endossava as concepções populares sobre as doenças e enfermidades. Nem sempre se estabelecia, no que diz respeito às causas, uma justa distância entre o natural e o sobrenatural. É, por isto, que nos relatos de cura, operados por Jesus, certas doenças e enfermidades foram atribuídas à ação demoníaca. Jesus ameaçou a febre da sogra de Pedro como se praticasse um exorcismo (Lc 4,39); ameaçou a tempestade e impôs silêncio como fez com os espíritos impuros (Mc 4,39 como em Mc 1,21-28). Na antiguidade, doenças, enfermidades e ações demoníacas estavam intimamente associadas. A cura de um provável epilético, em Mc 9,14-27, ilustra bem essa associação (GRELOT, P. I miracoli di Gesù e la demonologia giudaica, p. 49-59).

²⁹ O anúncio do Reino de Deus torna-se eficaz na medida em que não há contradição entre palavras (teologia) e ações (*praxis*). Nesse sentido, a doutrina social da Igreja, mais do que um ensinamento é uma prática social que busca visibilizar e atualizar a Boa Nova de Jesus no mundo. A pregação da libertação do pecado e da morte é pungente quando acompanhada de ações libertadoras de todas as formas de injustiças que negam ao ser humano o direito à vida com dignidade. Converter-se e crer no Evangelho é, assim, fazer do projeto missionário de Jesus (Lc 4,17-21) a própria missão (Mt 25,31-46) e razão de viver a fé de forma obediencial a Deus e ao seu amor salvífico (LAMBERTY, K. Proclaiming the reign of God in a suffering world, p. 88-102).

³⁰ Na Carta Encíclica *Fratelli tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social (3 de outubro de 2020), o Papa Francisco afirma no n. 88: “A partir da intimidade de cada coração, o amor cria vínculos e amplia a existência, quando arranca a pessoa de si mesma para o outro. Feitos para o amor, existe em cada um de nós «uma espécie de lei de “êxtase”: sair de si mesmo para encontrar nos outros um acrescentamento de ser». Por isso, «o homem deve conseguir um dia partir de si mesmo, deixar de procurar apoio em si mesmo, deixar-se levar.»”.

Para Jesus, a proclamação do Reino de Deus não comportava alguma indiferença pelo mundo e suas exigências. Não era e não é um acontecimento meramente espiritual, mas um evento que atesta o amor de Deus, pelo qual o mundo e, nele, o ser humano são transformados e renascem para a vida eterna (Jo 3,16).

Essa transformação pode e deve ser atribuída ao Espírito Santo, com o qual Jesus foi ungido no batismo (Mt 3,16; Lc 3,22; Jo 1,32-33), que o conduziu na vitória sobre Satanás no deserto (Mt 4,1; Lc 4,1), e o acompanhou com a sua eficácia ao longo de todo o seu ministério público (Lc 4,18-19 citação de Is 61,1-2a), culminado no momento em que o expirou do alto da cruz (Mt 27,50; Mc 15,37; Lc 23,46; Jo 19,30).

Este sopro do Espírito “devolvido” fundamenta o sopro que Jesus realizou sobre os discípulos no entardecer da ressurreição, marcando a nova criação redimida (Jo 20,22). Renascimento prenunciado no diálogo com Nicodemos (Jo 3,5-8). Profusão que inaugurou o ministério público da comunidade apostólica no dia de Pentecostes, cujos resultados imediatos foram conversão e manifestação de vida fraterna (At 2,1-47).³¹

Constata-se que a participação no Reino de Deus não resulta de méritos humanos, mas da livre iniciativa de Deus em renovar o mundo e a humanidade em seu Filho Jesus. Graças a essa iniciativa, compreende-se a doutrina da justificação proposta pelo apóstolo Paulo, fundamentada na obediência a Jesus Cristo (Rm 3,21-22; 10,3; Gl 2,16; Fl 3,9), sentido, fim e finalidade da Lei (Rm 10,4; Mt 5,17).³²

Jesus não elaborou algum projeto detalhado sobre o Reino de Deus, mas o declarou na sinagoga de Nazaré (Lc 4,18-19), o vivenciou de forma pessoal, anunciou por sua pregação, concretizou por suas ações pelos menos favorecidos e o deixou como legado e critério para identificar a sua presença no mundo (Mt 25,31-46). Critério a ser usado na consumação dos tempos quando vier em sua glória para julgar os vivos e os mortos. Entende-se, dessa forma, a razão para o anúncio e a vivência do Reino de Deus terem sido confiados aos discípulos como missão universal (Mt 28,16-20).³³

É por isso que entre Jesus e a Igreja existem laços evidentes e profundos no que diz respeito ao Reino de Deus: a aceitação de Jesus como Profeta, Cristo e Filho de Deus; a eleição de doze discípulos como apóstolos; o perdão e as refeições partilhadas com os pecadores; o amor aos inimigos; o cuidado com os mais necessitados e marginalizados etc.³⁴ Tudo isso culminado no Mistério Pascal.³⁵

Em base à posição assumida diante de Jesus e do seu evangelho, já se expressa a decisão diante do juízo final: “Portanto, todo aquele que se pronunciar por mim diante dos homens, também eu me pronunciarei por ele diante de meu Pai, que está nos céus; mas quem me renegar diante dos homens, também eu o renegarei, por minha vez, diante de meu Pai, que está nos céus” (Mt 10,32-33). Assim, o destino do ser humano, como participante ou não do Reino de Deus, é decidido pela posição obediente que assume, ou não, diante das palavras e das ações de Jesus (Mt 7,24-27). A vivência do Evangelho torna-se a “cruz” de cada dia.

³¹ A ascensão de Jesus, segundo os relatos, não significou a sua ausência do mundo, mas indica a ratificação da sua realeza, retomada à direita de Deus Pai, sob a nova condição de Verbo Encarnado-Ressuscitado. Sob esse aspecto, a Igreja, Corpo Místico de Cristo, participa e testemunha o Reino de Deus ausentando-se de todas as formas de violência. A Igreja imita Jesus Cristo e vive do seu senhorio graças à ascensão, pela qual seu Senhor assumiu todo poder e autoridade, e por ele é consagrada na unção do Espírito Santo (KLASSEN, Z. *The (Non)Violent Reign of God*, 296-315).

³² O evangelho pregado por Paulo, adesão pela fé a Jesus como Messias, não invalida o papel da lei mosaica e sua relação com o *šālôm*. Há em Rm 3,21-31 um apelo à unicidade de Deus (Dt 6,4) tanto para judeus como para gentios. Sendo Deus único e verdadeiro, o seu projeto salvífico se vislumbra na universalidade do seu reinado concretizado em Jesus Cristo, pelo qual judeus e gentios podem viver a concretização da justificação pela fé que opera a salvação de todo o gênero humano (MAGEE, G. S. *Paul's Gospel, the Law and God's universal reign in Romans 3:31*, p. 541-550).

³³ Mt 28,16-20 condensa a autoridade de Sião, como sede da realeza de Deus, assumida por Jesus Ressuscitado e comunicada aos discípulos pela missão que lhes foi confiada para em todas as nações fazer discípulos, pois são executores da vontade de Deus em Jesus Cristo. A missão é desafiada a ultrapassar todas as formas de barreiras e fronteiras, entrando em novos contextos socioeclesiais e assumindo novas demandas na atualidade (HERTIG, P. *The Great Commission Revisited*, p. 343-353).

³⁴ No evangelho segundo Lucas, o ensinamento de Jesus Cristo sobre a compaixão e a misericórdia, a exemplo do Pai, encontra-se entre a exigência do amor aos perseguidores (Lc 6,27-35) e as três indicações sobre o zelo, em relação ao que se considera certo e justo (Lc 6,39-45), superando o modelo de justiça e de retribuição segundo as maldições e bênçãos previstas em Dt 27,1-28,46.

³⁵ A liturgia, pelos ritos, faz viver a centralidade da fé em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, alimentando e orientando os fiéis na direção da realização do Reino de Deus. No Mistério Pascal, portanto, residem a fonte do Reino de Deus e da sua graça salvífica que, em cada ação litúrgica, antecipa, no aqui e agora, a plenitude escatológica do mundo completamente transformado pelo amor de Deus (SHEA, H. *Eternal Folds in Time. The Liturgical Realization of the Kingdom*, p. 222-239).

O anúncio da presença do Reino de Deus, na história, e a esperança da sua plena realização, nos últimos tempos, expressam a convicção de que o plano original de Deus, concebido desde toda a eternidade, alcançou realização em Jesus e prossegue eficazmente em seus discípulos até que ele venha (Ef 1,3-14).³⁶

Nesse sentido, a oração do Pai Nosso expressa, no “venha a nós o teu reino”, a tensão entre o já e o ainda não. Ao lado disso, a rápida difusão da fé em Jesus, Cristo e Filho de Deus (Mc 1,1; 8,27-29; 15,39), graças à ação evangelizadora da Igreja nascente e que prossegue, testemunha tanto a presença da fundação do Reino de Deus na história, como anela e ensina que a sua realização gloriosa é um acontecimento para o fim dos tempos.

Jesus, ao conceder à Igreja as chaves do Reino, concedeu a autoridade para nele admitir os convertidos e inibir, se fosse necessário, a entrada dos que explicitamente decidiram rejeitá-lo (Mt 16,19; 23,13; Lc 11,52). Enquanto peregrina sobre a terra, até a consumação dos tempos, a Igreja exerce a autoridade da realeza de seu Senhor e Rei (Mt 16,18; 18,18; Fl 2,11; Ap 19,16), e vive da certeza de que, no fim dos tempos, o Senhor Jesus “entregará o reino ao Deus e Pai, depois de ter destruído todo principado, toda autoridade e potência. Pois é necessário que ele reine até que ponha todos os inimigos sob os pés dele” (1Cor 15,24-5; Sl 110).

Contudo, é preciso dizer e admitir que, segundo o NT, não existe possibilidade de identificar totalmente o Reino de Deus com a Igreja, constituída para testemunhar, no mundo, o reinado de Jesus Cristo. São duas grandezas que não podem ser dissociadas, mas não se confundem.³⁷ A Igreja, enquanto está a caminho do Reino definitivo de Deus, é seu instrumento para que o ser humano tenha a chance de nele entrar e permanecer diante de um mundo hostil (Jo 15,1–16,4). Assim, as relações entre Igreja e Reino de Deus se ordenam ao senhorio de Jesus (Fl 2,5-11), cabeça da Igreja, que é seu Corpo (Ef 1,22; 5,23; Cl 1,18).³⁸ Isto confirma o que foi declarado na *Lumen Gentium* n. 5.

Conclusão

Em síntese, pode-se dizer que o Reino de Deus atesta o senhorio de Deus sobre o cosmos e na história, pelos quais realiza o seu divino projeto que se desenvolve desde o início da criação e se encaminha para a sua plenitude. No ápice da criação encontra-se o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus, redimido por Jesus Cristo, Rei do Universo, e em processo de santificação pela infusão do Espírito Santo. Essa dinâmica, revela-se visível na vitória sobre todas as formas de idolatria, pela obediência da fé, na salvação dos fiéis e no esplendor da sua beleza que se irradia na natureza, entre os povos, em Israel e na Igreja.

Reino de Deus, então, é encontro e experiência da graça salvífica que beneficia, guia, protege e reúne, numa só família, o ser humano que responde ao chamado à conversão pela obediência da fé e se dispõe a seguir Jesus de Nazaré. Neste, o encontro é pleno e definitivo, pois Ele é Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem, razão pela qual as curas dos doentes, a derrota das forças maléficas, a consolação dos pobres e oprimidos se tornaram os sinais que atestam que o Reino de Deus não é uma utopia, mas uma verdade de fé a favor da vida.

Apesar de já estar em ação no mundo, o Reino de Deus deve ainda se manifestar e crescer rumo a sua plenitude. Desse modo, a invocação do Pai Nosso, “venha o teu reino” (Mt 6,10; Lc 11,2), expressa

³⁶ A recente pandemia mostrou como leigos e clérigos, de diferentes denominações, se empenharam, pelos meios virtuais, para levar e robustecer a fé dos fiéis. Contudo, nota-se que muitos se acomodaram e “abandonaram” o físico pelo virtual. A comunhão interpessoal e eucarística parece enfraquecida, o que distancia do objetivo primário e querido por Jesus ao instituir o memorial da sua Páscoa de forma física sobre as espécies do pão e do vinho. Como essa nova praxe tem comprometido a dinâmica do Reino de Deus e seu vínculo essencial com a celebração eucarística? Para uma avaliação em perspectiva anglicana, com pressupostos válidos para a perspectiva católica, veja-se: OLIVER, J. M. C. *The banquet of the Kingdom*, p. 22-36.

³⁷ Sobre o advento do Reino de Deus, sua concretização em Jesus de Nazaré e suas ressonâncias no mundo, tanto na direção da defesa ou rejeição da teocracia e também da deturpação da democracia, veja-se a crítica proposta por GUNDRY, R. H. “An Exegetical and Biblical Theological Evaluation of NT Whright’s”, p. 57-73.

³⁸ Para uma interessante reflexão sobre as relações entre Reino de Deus e Igreja, segundo uma percepção não católica, veja-se: PRATT Jr, R. L. *The Church and the Kingdom*, p. 145-161.

a esperança e o desejo de algo ainda não realizado totalmente, mas que será concedido no momento do juízo e em base à caridade que foi feita aos quais Jesus se identificou (Mt 25,31-46).

Mas, como entrar e permanecer no Reino de Deus?

Em primeiro lugar, deve-se aceitá-lo como um grande e belo dom de Deus. É como Jesus disse aos seus discípulos: “Não temas, pequeno rebanho, porque vosso Pai julgou bom dar-vos o reino!” (Lc 12,32). Em segundo lugar, é preciso recebê-lo como uma criança: “Deixai as crianças virem a mim, não as impeçais, pois o Reino de Deus é daqueles que são como elas!” (Mc 10,15).³⁹

Então, entrar no Reino de Deus é uma graça que se dá na adesão a Jesus e ao seu evangelho (Mc 10,23-25). Contudo, para nele prosseguir por uma vida de fidelidade (At 14,22), é preciso não esquecer o que Jesus afirmou a Pilatos: “O meu reino não é deste mundo” (Jo 18,36). Subjaz a essa afirmação a compreensão que a Igreja nascente teve de que Deus mostrou a sua verdadeira natureza na doação de seu unigênito Filho sobre a cruz.⁴⁰ Na fragilidade de Jesus, assumida em nossa humanidade, Deus revelou a potência da força do seu amor e que o seu Reino consiste e se concretiza pelo serviço praticado na obediência à sua vontade salvífica.

Essa transcendência já se percebe na imanência do mundo, pois o Reino de Deus acontece quando famintos são saciados, aflitos são consolados, justiça e misericórdia são praticadas (Mt 5,3-15), inimigos são amados (Mt 5,38-42; Lc 6,36-38); quando não se duvida da providente providência de Deus (Mt 6,25-33), e o perdão é dado de forma ilimitada, seguindo o exemplo de Deus Pai (Mt 18,15-35), que espera, acolhe o filho perdido e tudo faz para reconciliar a família (Lc 15,11-32). Vencidas as diferenças (Gl 3,28), descobre-se que somos todos irmãos por Cristo, com Cristo e em Cristo para a glória de Deus Pai na unção do Espírito Santo.

Referências bibliográficas

BASLEZ, M.-F. L'autore della Sapienza e l'ambiente colto di Alessandria. In: BELLIA, G., PASSARO, A. (edd.). **Il Libro della Sapienza: tradizione, redazione, teologia**. Roma: Città Nuova, 2004, p. 47-66.

BERETTA, P. **Nuovo Testamento Greco – Latino – Italiano**. Cinisello Balsamo, Milano, 2000.

BOWE, B. God's Reign – Not Ours: “To What Shall We Compare the Kingdom of God?”. **New Theology Review**, vol. 24, May, p. 17-27, 2013.

CARDELLINI, I. Il re David e la ‘regalità’. In: PRATO, G. L. **Davide: modelli biblici e prospettive messianiche** (Atti dell’VIII Convegno di studi veterotestamentari – Seiano, 13-15 settembre 1993). Bologna: EDB, 1995, p. 103-127.2

CONCÍLIO ECUMÊNICO DO VATICANO II. Constitutio Dogmatica de Ecclesia Lumen gentium (21 nov 1964), Acta Apostolicae Sedis 57 (1965) 5-75.

ELLIGER, K.; RUDOLPH, W. (eds.). **Biblia Hebraica Stuttgartensia**. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1977.

³⁹ A importância e o papel das crianças na Sagrada Escritura são inquestionáveis, não obstante fiquem, na maioria das vezes, relegadas à margem. Não à toa, Jesus afirmou que o Reino de Deus pertence às crianças e a quem como elas se comporta, pois foram tomadas como exemplos para o discipulado que se vive como dependência de Deus. Subjaz ao ensinamento de Jesus a ênfase sobre a pequenez e a humildade assumidas (GUNDY-VOLF. J. “To such as these belongs the Reign of God”, p. 471-474).

⁴⁰ A inscrição no alto da cruz de Jesus é prova disso O reinado de Deus se verifica no ser humano na opção pelo bem, pela justiça e pela verdade, na luta contra a morte e a favor da vida. A realidade atual é altamente globalizada e midiática. Não há apenas agravantes socioeclesiais, mas grandes oportunidades para que a missão evangelizadora seja forte e eficaz no conturbado presente. O discipulado de Jesus continua sendo um sinal de contradição se o fiel anuncia e vive da certeza de que o mundo é amado por Deus (FIELD, D. N. Journeys beyond the gate, p. 48-60).

FERNANDES, L. A. Justiça e santidade de YHWH contra Edom (Ez 35), a favor de Israel e em honra de seu santo nome (Ez 36). In: SILVA, Z. A. **Livro de Ezequiel**. São Paulo: Paulinas, 2024, p. 219-255.

FERNANDES, L. A. **O anúncio do Dia do Senhor. Significado profético e sentido teológico de Joel 2,1-11**. São Paulo: Paulinas, 2014.

FIELD, D. N. Journeys beyond the gate: The Reign of God and the response ability of the globalised Middle Classes. **Journal of Theology for Southern Africa**, vol. 123, Nov, 2005, p. 48-60.

FRANCISCO, PP. **Carta Encíclica Fratelli tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social (3 de outubro de 2020). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/fran-cesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso em: 26 de jul. 2024.

GARBINI, G. Davide nella storiografia dei libri storici (Sam-Re). In: PRATO, G. L. **Davide**: modelli biblici e prospettive messianiche (Atti dell'VIII Convegno di studi veterotestamentari – Seiano, 13-15 settembre 1993). Bologna: EDB, 1995, p. 17-33.

GRELOT, P. I miracoli di Gesù e la demonologia giudaica. In: LÉON-DUFOUR, X (ed.). **I Miracoli di Gesù**. Brescia: Queriniana, 1980, p. 49-59.

GUNDRY, R. H. An Exegetical and Biblica Theological Evaluation of NT Whrigt's. How God Became King. **Bulletin for Biblical Research**, vol. 24, n. 1, p. 57-73, 2014.

GUNDRY-VOLF, J. To such as these belongs the Reign of God. Jesus and Children. **Theology Today**, vol. 56, n. 4, p. 469-480, 2000.

HERTIG, P. The Great Commission Revisited: The Role of God's Reign in Disciple Making. **Missiology: An International Review**, vol. XXIX, n. 3, July, p. 343-353, 2001.

JEANROND, W. G. Human hope and the reign of God. **Dialog**, vol. 61, p. 20-26, 2022.

JOHNSON, A. On Removing a Trump Card: Flesh and Blood and the Reign of God. **Bulletin for Biblical Research** vol. 13, n. 2, p. 175-192, 2003.

KLASSEN, Z. The (Non)Violent Reign of God: Rethinking Christocentrism in Light of the Ascension. **The Conrad Grebel Review**, vol. 33, n. 3, Fall, 296-315, 2015.

LAMBERTY, K. Proclaiming the reign of God in a suffering world: The movement from development to liberation. **Missiology: An International Review**, vol. 45, n. 1, p. 88-102, 2017.

MAGEE, G. S. Paul's Gospel, the Law and God's universal reign in Romans 3:31. **Journal of the Evangelical Theological Society**, vol. 57, n. 2, p. 541-50, 2014.

MATOS, S. M. de. Denúncia, julgamento e esperança para o rebanho de YHWH (Ez 34). In: SILVA, Z. A. **Livro de Ezequiel**. São Paulo: Paulinas, 2024, p. 193-217.

MINOR, M. Living the Kingdom of God: The Communal and Renewing Spirituality of Jesus in Mark. **Religions**, vol. 14, 1096, p. 1-11, 2023.

NELIS, J. Reino de Deus. In: A. Van Den BOR (org.). **Dicionário Enciclopédico da Bíblia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987, col. 1289-1295.

OLIVER, J. M. C. The banquet of the Kingdom. **Anglican Theological Review**, vol. 104, n. 1, p. 22-36, 2022.

PRATT Jr, R. L. The Church and the Kingdom. **Church**, vol. 9, n. 2, Oct, p. 145-161, 2023.

RAHLFS, A.; HANHART, R. (ed). **Septuaginta**: Editio altera. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

ROBERTS, J. J. M. God's imperial reign according to the Psalter. **Horizons in Biblical Theology**, vol. 23, p. 211-221, 2001.

ROWLAND, C. Cristo no Novo Testamento. In: DAY, J. **Rei e Messias em Israel e no Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 491-514.

SHEA, H. Eternal Folds in Time. The Liturgical Realization of the Kingdom. **Worship**, vol. 96, n. 3, July, p. 222-239, 2022.

SILVEIRA, R. G. **A soberania universal de YHWH**: Análise exegética do Sl 96 (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 101 p. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=52869@2>>. Acesso em 31 jul. 2024.

SIMIAN-YOFRE, H. **Il deserto degli dei**: Teologia e storia nel libro di Osea. Bologna: EDB, 1994.

STEWART III C. F. God's Will and the Throne of Kings: Lections from the Books of Samuel. **Quarterly Review**, vol. 17, Spring, p. 65-84, 1997.

VANNI, U. **Lectura del Apocalipsis. Hermenéutica – Exégesis – Teologia**. Estella/Navarra: Editorial Verbo Divino, 2005.

VÍLCHEZ LÍNDEZ, J. **Sabedoria**. São Paulo, Paulus, 1995.

WILLIAMSON, P. R. Alianza, pacto. In: ALEXANDER, T. D.; BAKER, D. W. **Diccionario del Antiguo Testamento – Pentateuco**. Barcelona: Editorial Clie, 2012, p. 39-55.

Leonardo Agostini Fernandes

Doutor em Teologia Bíblica pela Pontificia Università Gregoriana.

Docente no Departamento de Teologia da Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/RJ –Brasil

Email: laf2007@puc-rio.br

Recebido em: 02/08/2024

Aprovado em: 18/10/2024

